



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
Conforme Portaria nº 342/2014 – GP

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 04/2015 – CMDU

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Guarulhos, reuniram-se no auditório do Adamastor Centro, situado na Av. Monteiro Lobato, n. 734 – Macedo, a saber:\*\*\*\*\*

Os membros: Esther Angra Magalhães (Suplente da SDE), Flávio Geradine Naressi (Titular das Entidades de Classe), Gilmar Antônio dos Santos (Suplente do Movimento Popular), José Domingos Leite (Titular da Associação de Moradores), Juliana Donadon G. Meneses (Suplente da STT), Julio Soto Saaveda (Titular da Entidade Ambiental), Marineia Lazzari Chiovatto (Titular da SH), Paulo Carvalho (Titular da SDU), Plínio Soares dos Santos (Suplente da SDU), Roberto dos Santos Moreno (Suplente da Entidade de Profissionais), se reuniram para a quarta reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, conforme pauta a seguir: 1. Informes; 2. Revisão do Plano Diretor; 3. Revisão do Código de Edificações e Obras; 4. Minuta do Projeto de Lei de regulamentação da Zona Mista da APA Cabuçu – Tanque Grande; e 5. Apreciação da Moção de Repúdio às Lei 7.385/15 e 7.396/15, que alteraram a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo (Zoneamento).\*\*\*\*\*

A reunião extraordinária iniciou-se às nove horas e vinte minutos, com a presença dos membros supracitados e dos convidados: Aparecida de Fátima P. Sanchez, Gíóia Bispo, Kátia Ayumi Tani, Luciana de O. Santos, Reinaldo Aparecido Ruy e Thiago Perez Savio. Registrou-se a ausência dos membros da Secretaria de Obras, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Governo, SAAE, Universidade, do Movimento Popular II e da Cooperativa Habitacional. Registrou-se também a ausência justificada da Entidade Empresarial.\*\*\*\*\*

O Conselheiro Paulo Carvalho iniciou a reunião apresentando a pauta e em seguida passou a palavra ao Conselheiro Plínio que perguntou se era possível aprovar a Ata da 9ª Reunião Ordinária. Como a ata foi encaminhada somente no dia anterior, não houve tempo de todos lerem, e por essa razão, a aprovação dessa ata ficou para a próxima reunião. O Conselheiro Plínio passou então para os informes, falou do Seminário sobre o Estatuto da Metrópole que será realizado dia 19 de outubro, segunda-feira, no prédio do Arquivo Histórico em São Paulo, a partir das 13h30, disse que o evento seria aberto ao público e que posteriormente encaminharia o contato para o qual os interessados em participar, deveriam enviar e-mail de confirmação; Apresentou rapidamente slides que foram mostrados em uma reunião da qual participou sobre o assunto e reafirmou a importância da participação dos conselheiros no seminário e passou para o próximo informe à respeito da nova Portaria Ministerial relacionada as questões de proteção aos aeródromos, a Portaria 957/GC3, de 9 de julho de 2015, e pediu que o convidado Gioia da SDU, explicasse, em linhas gerais, os principais aspectos dessa normativa; após a explanação do convidado Gioia, o Conselheiro Plínio explicou que a apresentação foi apenas um informe já que a portaria começou a valer a partir de hoje, mas que o assunto poderia ser aprofundado em uma reunião deste conselho; o Conselheiro Flávio disse que Asseag já havia cogitado fazer uma reunião, convidando a Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários, para explicar a Portaria, mas que ainda não há uma data definida, mas que os conselheiros também poderiam participar; o Conselheiro Paulo Carvalho disse que seria interessante, inclusive podendo discutir a questão da revisão do Código de Edificações. O Conselheiro Plínio falou sobre o informe seguinte, a respeito do Congresso do Orçamento Participativo – OP; reforçou o convite a todos os conselheiros e falou sobre a importância da participação, principalmente no dia 24 de outubro, onde o tema é o Desenvolvimento Urbano; explicou que no período da manhã seriam realizadas palestras, com a presença de especialistas no tema desenvolvimento urbano, e que a parte da tarde haveriam 6 salas temáticas, sendo que em 4 delas, a SDU estará presente com seus técnicos para eventuais esclarecimentos; avisou também que já é possível se inscrever através do site dedicado a esse evento, que pode ser acessado através da homepage da prefeitura; apresentou aos conselheiros o Ofício recebido da Comissão Permanente de Meio Ambiente da Câmara, a respeito da realização de Audiência Pública sobre o “Programa de Educação Ambiental para a Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos”, que ocorrerá no dia 23 de outubro, as 14hs, no plenário da Câmara Municipal e por fim, perguntou se algum conselheiro teria algum outro informe; a Conselheira Marinéia lembrou que na semana que vem começa a Semana da Ciência e Tecnologia, o Conselheiro Gilmar informou que ouviu dizer que o Conselho Estadual das Cidades seria empossado, mas não sabia a data, e falou sobre as atividades que o Fórum Nacional de Reforma Urbana, em conjunto com outras entidades, promoveram entre os dias 09 a 13 de outubro, reivindicando a realização da fase 3 do Programa Minha Casa Minha Vida; o Conselheiro Júlio fez um informe relacionado ao Estatuto do Parque Tecnológico, ressaltou a importância da participação do CMDU



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
Conforme Portaria nº 342/2014 – GP

nas discussões sobre a composição do Conselho Curador da Fundação; o Conselheiro Plínio, a partir do informe do Conselheiro Júlio, lembrou de sua entrevista feita pela Agende e que foi publicada na revista Análise Guarulhos, e sobre uma outra, publicada na revista Economia América; o Conselheiro Roberto falou que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, o designou para uma entrevista para a Folha de São Paulo e que havia a previsão dessa matéria ser publicada na edição de domingo; dando continuidade à pauta, o Conselheiro Plínio convidou o Conselheiro Paulo Carvalho para falar sobre a revisão do Plano Diretor; o Conselheiro Paulo Carvalho disse que a SDU tem encontrado dificuldades para reunir todos os secretários das pastas diretamente envolvidas com o assunto, com o objetivo de construir a proposta institucional e não somente com o olhar da SDU; o Conselheiro Gilmar sugeriu que a Secretaria de Governo se responsabilizasse por chamar esses secretários para conversar; o Conselheiro Paulo Carvalho esclareceu que esse tem sido o encaminhamento, que as reuniões tem sido agendadas pela Secretaria de Governo e é ela quem tem coordenado reuniões com os secretários; o Conselheiro Roberto perguntou quais eram essas secretarias; o Conselheiro Paulo Carvalho respondeu que são as Secretarias de Meio Ambiente, Habitação, Obras, Serviços Públicos, Transporte e Trânsito, Desenvolvimento Econômico, Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários e SAAE; o Conselheiro Júlio lembrou que o prazo limite para o envio da minuta do Projeto de Lei à Câmara, conforme já havia sido discutido no conselho, era o dia 20 de novembro, e que estaríamos a pouco mais de um mês dessa data e portanto, deveríamos tomar um posicionamento agora; o Conselheiro Paulo Carvalho então sugeriu que a coordenação se reunisse no início da próxima semana para ajustar o calendário; o Conselheiro Gilmar disse que entendeu que o assunto deverá ser conversado com a coordenação, mas que há uma angústia muito grande por parte dos movimentos de moradia em se aprovar essa revisão do Plano Diretor o quanto antes; disse ainda que parece não haver vontade política de se encaminhar a revisão e assim sendo, perguntou quais seriam as contribuições que o movimento poderia dar para fazer com que o governo entendesse a importância do assunto, se seria o caso de fazer manifestações em frente ao Paço Municipal ou até mesmo acionar o Ministério Público; o Conselheiro Plínio sugeriu que a reunião da coordenação do CMDU fosse realizada na terça-feira pela manhã; o Conselheiro Paulo Carvalho passou para a pauta seguinte sobre a revisão do Código de Edificações e Obras dizendo que a minuta do projeto de lei ficaria disponível para consulta no site da prefeitura, na página da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; a minuta impressa foi entregue aos conselheiros e o Conselheiro Paulo Carvalho pediu para que os conselheiros a analisassem e encaminhassem as suas dúvidas ou sugestões para a SDU; explicou ainda que a proposta é enviar à Câmara ainda esse ano; o Conselheiro Júlio disse que o prazo é muito curto para se discutir um material tão importante e complexo; o conselheiro Paulo Carvalho disse que as discussões que forem necessárias, serão feitas e convidou o arquiteto urbanista da SDU, Thiago, para apresentar os principais pontos da minuta do projeto de lei de revisão do Código de Edificações; o convidado Thiago explicou que a minuta foi feita com base numa proposta que começou a ser construída entre 2009 e 2010, mas que a base dessa construção era basicamente a lei vigente; disse que questões que são tratadas nos decretos regulamentadores da lei vigente estão sendo trazidas para a lei; o Conselheiro Roberto perguntou se essa minuta de lei deixava claro as atribuições de cada profissional, ou seja, sobre ser competência do arquiteto ser o responsável pelo projeto arquitetônico; o Conselheiro Flávio comentou que já existem entendimentos legais que dizem que o engenheiro pode sim ser responsável pelo projeto arquitetônico, desde que não seja, por exemplo, um engenheiro químico; o Conselheiro Roberto perguntou ainda se seria possível não exigir, no projeto de aprovação, o responsável técnico, pois na maioria dos casos, o responsável técnico que assina o projeto de aprovação não é o mesmo que vai ser responsável pela construção e acompanhamento da obra e o requerente acaba tendo que pagar muito caro para um profissional assinar a responsabilidade técnica quando ele não será o profissional que acompanhará a obra; o convidado Thiago esclareceu que a respeito das competências dos profissionais, a minuta trata o documento que será exigido, como “comprovante de responsabilidade técnica”, ou seja, não está sendo tratado nem como ART ou RRT, está sendo tratado de forma genérica; o Conselheiro Paulo Carvalho reafirmou que vai disponibilizar a minuta no site da prefeitura e mencionou que as taxas e multas aplicadas com base na nova lei do Código de Edificações, serão destinadas ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano; fez ainda um informe com relação ao Fundo, dizendo que a SDU está adquirindo 9 viaturas para o departamento de fiscalização com os recursos do FMDU e pediu ao Conselheiro Plínio para coordenar a reunião pois ele precisaria se retirar para atender demandas urgentes; o Conselheiro Plínio deu continuidade à reunião lembrando de um outro informe a respeito da restauração da casa da Rua Sete de Setembro, que estava sendo discutida pelo Conselho de Patrimônio; o Conselheiro Flávio comentou sobre uma conta no Facebook que reuniu um grupo de admiradores dessa casa e que hoje tem mais de 4 mil pessoas participando; o Conselheiro Plínio então deu continuidade à pauta falando sobre a minuta do projeto de lei que regulamenta os parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo na Zona de Uso Mista da APA do Cabuçu – Tanque Grande; disse que o processo administrativo que está tratando dessa minuta foi



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
Conforme Portaria nº 342/2014 – GP

encaminhada à Secretaria de Meio Ambiente; lembrou aos presentes que essa proposta já havia sido encaminhada através de correio eletrônico aos conselheiros logo após a realização da reunião ordinária realizada no dia 24 de setembro de 2015 e perguntou se alguém teria alguma observação à fazer; o Conselheiro Júlio falou que como representante no conselho, das entidades ambientais, e como participante de discussões sobre as questões ambientais, se sente muito preocupado com a proposta e disse que a Secretaria de Meio Ambiente nem sabia da proposta; disse que é preocupante propor que se aplique os parâmetros da Zona Mista “A” nessa região e que o coeficiente de aproveitamento para o uso R4 igual a 4,0 não deveria ser proposto; o Conselheiro Plínio esclareceu que não é isso que a minuta está propondo e solicitou que a convidada Kátia mostrasse na projeção aquilo que foi enviado aos conselheiros; como não havia conexão com a Internet, não foi possível mostrar, porém, o Conselheiro Plínio mais uma vez reforçou que a minuta propôs um quadro de parâmetros que não é igual aos aplicados na Zona Mista “A”, e que o coeficiente de aproveitamento para o uso R4 é igual a 2,0, mas que se o material que foi enviado não estivesse dessa maneira, estaríamos corrigindo o erro; sobre o último item de pauta, ou seja, sobre a Moção de Repúdio às Leis Municipais 7.385/15 e 7.396/15, o Conselheiro Plínio sugeriu que o assunto fosse discutido na reunião da coordenação e fosse apresentada na próxima reunião do conselho; não havendo discordâncias com o encaminhamento proposto, o Conselheiro Plínio encerrou a reunião extraordinária às onze horas e eu, Kátia Ayumi Tani, \_\_\_\_\_ Gerente Técnica da Divisão Técnica de Planejamento, digitei a presente ata.\*\*\*\*\*

De acordo (Conselheiros presentes):

Esther Angra Magalhães (Suplente da SDE) \_\_\_\_\_

Flávio Geradine Naressi (Titular das Entidades de Classe) \_\_\_\_\_

Gilmar Antônio dos Santos (Suplente do Movimento Popular) \_\_\_\_\_

José Domingos Leite (Titular da Associação de Moradores) \_\_\_\_\_

Juliana Donadon G. Meneses (Suplente da STT) \_\_\_\_\_

Julio Soto Saaveda (Titular da Entidade Ambiental) \_\_\_\_\_

Marinéia L. Chiovatto (Titular da SH) \_\_\_\_\_

Paulo Carvalho (Titular da SDU) \_\_\_\_\_

Plínio Soares dos Santos (Suplente da SDU) \_\_\_\_\_

Roberto dos Santos Moreno (Suplente das Entidades Profissionais) \_\_\_\_\_